

O Arquivo Histórico de Joinville: reflexões sobre o projeto de digitalização do acervo de projetos arquitetônicos

The historic archive of Joinville: reflections on the project to digitization the architectural project collection

Giane Maria Souza (1), Dinorah Luísa Melo Rocha Brüske (2), Leandro Correia Brier (3), Fernanda Pirog Oçoski (4)

Arquivo Histórico de Joinville, Rua August Hermann Lepper, 650, centro, Joinville,
giane.souza@joinville.sc.gov.br (1); dinorah.rocha@joinville.sc.gov.br (2);
leandro.correia@joinville.sc.gov.br (3); fernanda.ocoski@joinville.sc.gov.br (4)

Resumo

O presente artigo se propõe a refletir sobre as necessidades de digitalização dos múltiplos acervos do Arquivo Histórico de Joinville e, ao mesmo passo, problematizar a implantação do *Projeto Arquitetura urbana de Joinville: conservação e difusão da série documental "Projetos Arquitetônicos" do Fundo Poder Executivo (1917-1971)*, custodiados pelo Arquivo Histórico de Joinville/AHJ (Primeira etapa)", contemplado pelo Edital Elisabete Anderle/2019, promovido pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC) na modalidade Patrimônio cultural Restauração e Conservação. Metodologicamente este trabalho se divide em duas seções, a primeira analisa o campo arquivístico, seus potenciais e suas dificuldades a partir da organização institucional e legal do AHJ e documentos norteadores. Além de discorrer sobre o Projeto Arquitetura Urbana e suas ações, refletindo a prática arquivística e as necessidades e potencialidades do acervo do AHJ. A segunda seção se destina a refletir sobre a Exposição Arquitetura Revisitada como uma ação de educação patrimonial e difusão cultural, imprescindível para o diálogo social do arquivo com a sociedade. O artigo, enfim, contribui para a reflexão do campo arquivístico, sobretudo, sobre a importância dos processos de digitalização e acesso aos documentos arquivísticos.

Palavras-chave: Arquivo Histórico de Joinville. Patrimônio Arquivístico. Projetos Arquitetônicos. Difusão arquivística.

Abstract

This article proposes to reflect on the digitization needs of the multiple collections of the Arquivo Histórico de Joinville and, at the same time, to problematize the implementation of the Project Urban Architecture of Joinville: conservation and diffusion of the documentary series "Architectural Projects" of Fundo Poder Executivo (1917-1971), guarded by the Arquivo Histórico de Joinville/AHJ (First stage)", contemplated by the Elisabete Anderle/2019 Public Notice, promoted by Fundação Catarinense de Cultura (FCC) in the Cultural Heritage Restoration and Conservation modality. Methodologically this work is divided into two sections, the first analyzes the archival field, its potential and its difficulties from the institutional and legal organization of the AHJ and guiding records. In addition to discussing the Urban Architecture Project and its actions, reflecting the archival practice and the needs and potential of the AHJ collection. The second section is intended to reflect on the Revisited Architecture Exhibition as an action of heritage education and cultural dissemination, essential for the social dialogue of the archive with society. Finally, the article contributes to the reflection of the archival field, above all, on the importance of digitization processes and access to archival records.

Keywords: Arquivo Histórico de Joinville. Archival Heritage. Architectural Projects. Archival dissemination.

1 INTRODUÇÃO

O Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), Santa Catarina, criado pela Lei Municipal nº 1.182, de 20 de março de 1972, comemora seu cinquentenário em 2022. Contudo, há exatamente duas décadas, o AHJ vem pleiteando ao poder executivo e legislativo municipal a aprovação de um Projeto de Lei (PL) para a implantação da gestão documental do município, ao mesmo passo, a implantação de um repositório digital e software para disponibilizar o acervo em formato digital para os usuários.

Nesta última década, foi elaborado um projeto para digitalizar e conservar um dos acervos mais pesquisados do AHJ — acervo cartográfico —, composto por centenas de projetos arquitetônicos. Em 2015, a equipe técnica do AHJ elaborou o projeto denominado *“Projetos Arquitetônicos” do Fundo do Poder Executivo (1917- 1971), custodiados pelo Arquivo Histórico de Joinville/AHJ – (Primeira etapa)* – para submetê-lo à convocatória do Programa Apoyo al Desarrollo dos Archivos (ADAI) organizado pelo Programa Iberarchivos, ação de cooperação e integração dos países ibero-americanos, pactuada e articulada a partir das Conferências Ibero-americanas de Chefes de Estado e de Governo, organizadas pelos países signatários. Este programa destina-se para o fomento e projetos de acesso, organização, descrição, conservação e difusão do patrimônio documental, a fim de contribuir para a consolidação do campo arquivístico ibero-americano.

Em 2019, novamente a equipe do AHJ, retomou este projeto e o reformulou para encaminhar ao Fundo de Direitos Difusos, edital de fomento do Ministério da Justiça, governo brasileiro. Por questões de gestão, infelizmente, o projeto não foi tramitado em nenhum dos editais supracitados.

Ainda em meados de 2019, a equipe do AHJ, após inúmeras reuniões e debates sobre a ausência de tramitação, interesse e celeridade dos projetos encaminhados pelo AHJ para a captação de recursos, via editais públicos, em nome da Prefeitura Municipal de Joinville (PMJ) e Secretaria de Cultura e Turismo (Secult), foi deliberado coletivamente, que os técnicos iriam submeter diversos projetos para editais, contudo, não mais em nome da PMJ ou Secult, os profissionais do AHJ, enfim, seriam os proponentes dos projetos.

Divididas as responsabilidades, o *“Projetos Arquitetônicos” do Fundo do Poder Executivo (1917–1971), custodiados pelo Arquivo Histórico de Joinville/AHJ – (Primeira etapa)* – foi submetido ao Edital Elisabete Anderle/2019, promovido pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC) na modalidade *Patrimônio cultural – Restauração e Conservação*, proposto por Giane Maria de Souza, historiadora, especialista cultural — educadora, lotada no Setor de Educação Patrimonial do AHJ.

O projeto, finalmente, foi aprovado, e ainda em 2019, após os trâmites orçamentários, aberturas de conta e pré-produção, em janeiro de 2020, iniciamos as tratativas para a aquisição dos equipamentos para iniciar o processo de digitalização do acervo. Pela primeira vez, na história institucional do AHJ, após a inauguração da nova sede em 1986, a instituição recebeu uma atualização tecnológica para disponibilizar seu acervo em representações digitais para os usuários.

Além da aquisição de um scanner de grandes formatos e de um portátil, foi adquirida uma mapoteca por meio dos recursos oriundos do edital Elisabete Anderle para acondicionar os projetos arquitetônicos restaurados, além de dois computadores com alta resolução para a edição das imagens, análise e descrição técnica dos projetos digitalizados, além de três discos rígidos de armazenamento digital, HDs externos – *Hard disc* ou *High definition*. O processo de digitalização respeitou, portanto, o seguinte planejamento: 1) gestão do processo e relação documental; 2) conservação dos originais e os representantes digitais digitalizados e metadados; 3) controle de qualidade; 4) criação de metadados; 5) capacidades de acesso; 6) sustentabilidade e armazenamento em repositório digital confiável; 6) disponibilização públicas em suporte digital.

Destes processos ainda estamos em negociação com a Secretaria de Comunicação – Secom, para o aprimoramento e adoção de um repositório digital confiável, porque, por enquanto, para se manter o acervo dos representantes digitais por medidas de segurança estão armazenados no servidor da PMJ e nos discos rígidos, externos e internos. Contudo, estamos estudando junto ao setor de *Tecnologia em Informática* (TI) está implantando o software livre Access to Memory (AtoM) criado pelo *International Council of Archives* (ICA), seguindo as prerrogativas do *General International Standard Archival Description* (ISAD-G), deliberadas no Congresso Internacional de Arquivos de Pequim, China, em 1996. AtoM, plataforma gratuita, que será abrigada junto ao sítio eletrônico da PMJ, com lançamento previsto para o primeiro semestre de 2022.

Em fevereiro de 2020, recebemos treinamento para a instalação e uso do scanner de grandes formatos, promovido pela Empresa Scansystem/SP, ministrado por Tiago Teles, técnico da empresa, conforme pode ser observado na Figura 1.

Figura 1 – Treinamento da equipe do AHJ



Fonte: Acervo do AHJ.

Todos os técnicos do AHJ participaram da capacitação, contudo, como se tratava de um equipamento dispendioso e delicado foi acordado, entre os técnicos, concentrar o processo de digitalização nas mãos dos assistentes culturais Fernanda Pirog Oçoski e Leandro Brier Correia, a primeira acadêmica de História pela Uninter e Arquivologia pela Uniasselvi e o segundo historiador. Após a deliberação das responsabilidades em reunião técnica no dia 6 de fevereiro de 2020, iniciamos as tratativas para o início do trabalho.

Contudo, entre o planejamento técnico e a realidade objetiva, surgiu a Pandemia do Covid-19, calamidade sanitária que afetou drasticamente a realização e o cumprimento das metas previstas no Projeto submetido ao Edital Elisabete Anderle, praticamente alguns dias após o treinamento para o uso do scanner.

Durante os anos de 2020 e 2021, praticamente todos os funcionários do AHJ revezaram-se em escalas híbridas de trabalho, *home office* e escalas presenciais para cumprir com as demandas cotidianas da instituição e os técnicos envolvidos com a digitalização tiveram que readequar o planejamento de trabalho.

2 SUPORTE TEÓRICO METODOLÓGICO

Metodologicamente, este artigo apresenta as análises e os processos de trabalho, a partir de um estudo de caso sobre o projeto desenvolvido no AHJ. Pretende-se a partir desta experiência, contribuir para novas reflexões em torno da digitalização e gestão de acervos físicos e digitais, criação de repositórios confiáveis e disponibilização de informações de interesse público, custodiadas em acervos arquivísticos, questões imprescindíveis para o desenvolvimento do campo arquivístico na atualidade, sobretudo de arquivos municipais.

Tendo em vista este escopo, as fundamentações teóricas foram organizadas ao

decorrer das seções de análise, sobretudo pautadas nos debates da literatura atual, a exemplo de Santos, Mazuco e Flores (2020) quando refletem a necessidade de implantação de uma gestão documental que articule representantes arquivísticos digitais e físicos. E acompanhando o debate teórico sobre o avanço das tecnologias e o registro das informações digitais, compreendemos a partir de Flores, Pradebon e Cé (2017) de que para transformar o AHJ em uma referência de Open Archival Information System (OAIS), ainda teremos que percorrer um longo caminho para a implantação de um sistema voltado à preservação de documentos arquivísticos digitais, conforme preconiza o Conselho Nacional de Arquivos Conarq por meio da Resolução nº 39, de 29 de abril de 2014, relacionados às Diretrizes para a implementação de Repositórios Digitais Confiáveis de Documentos Arquivísticos (RDC-Arq), redigida pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE).

Desse modo, o texto analisa, na primeira seção o campo arquivístico, seus potenciais e suas dificuldades a partir da organização institucional e legal do AHJ e documentos norteadores. E discorre sobre o Projeto Arquitetura Urbana e suas ações, refletindo a prática arquivística e as necessidades e potencialidades do acervo do AHJ. A segunda seção se destina a refletir sobre a Exposição Arquitetura Revisitada como uma ação de educação patrimonial e difusão cultural, imprescindível para o diálogo social do arquivo com a sociedade.

Ressalta-se que a literatura sobre a gestão arquivística e os processos de digitalização de documentos arquivísticos, nos últimos anos, vem incorporando um debate teórico junto às Tecnologias da Informação, e para fundamentar este artigo, foi mobilizada uma parte da literatura sobre o tema, sendo que um dos maiores expoentes desse debate no Brasil é o professor Daniel Flores da Universidade Federal Fluminense (UFF), que inclusive, generosamente, conversou com os técnicos do AHJ, sobre esta temática, assim como a arquivista Ívina Flores, que além de proporcionar muitos diálogos, disponibilizou o curso de *Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais* promovido pela Associação dos Arquivistas do Estado de Santa Catarina (AAESC) em parceria com o AHJ a fim de corroborar com o projeto aprovado no Edital Elisabete Anderle.

3 DO PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO E TRABALHOS TÉCNICOS

O “Projeto Arquitetura urbana de Joinville: conservação e difusão da série documental Projetos Arquitetônicos do Fundo Poder Executivo (1917-1971)”, orienta-se conforme as prerrogativas nacionais, sobretudo a partir da Resolução nº 31, de 28 de abril de 2010, que

dispõe sobre recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes, elaborado pelo Conarq (2010).

O acervo desta série foi encaminhado para a custódia do AHJ em 1996, pela Secretaria de Serviços Urbano, atual Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável de Joinville (Sepud). Desde então, este acervo está acondicionado em 100 caixas de polionda, por inexistir uma quantidade de mapotecas para o seu acondicionamento adequado.

O desarquivamento dos projetos ocorre conforme o cronograma de digitalização ou de acordo com a solicitação dos consulentes. Ao se desarquivar as matrizes originais analisa-se a sua estrutura física, seu estado de conservação e retira-se as possíveis sujidades e objetos como clips, grampos, fitas adesivas e assemelhados que porventura se encontrem nas matrizes, conforme se observa na Figura 2.

Figura 2. Técnica Fernanda Pirog Oçoski planejando os projetos para digitalização

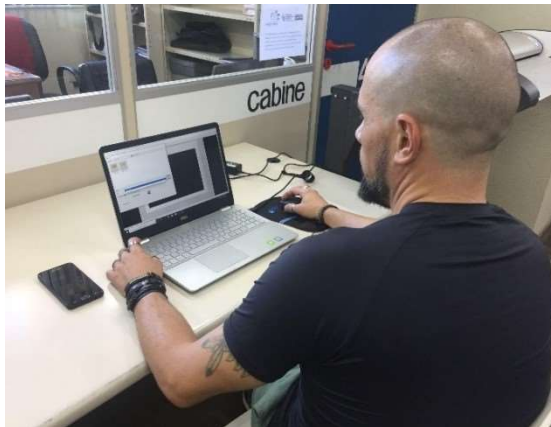


Fonte: Acervo do AHJ.

Após estes procedimentos de higienização e planificação, os documentos são inseridos no scanner para realizar a captura digital. Contudo, esse processo de digitalização se pauta nas recomendações do Conarq (2010, p. 7–24), sobretudo, quando sinaliza que: 1) a digitalização deve ocorrer nos ambientes arquivísticos, evitando transporte e manuseio; 2) a digitalização de conjuntos documentais integrais, como fundos/coleções ou séries devem ser priorizadas para não descontextualizar o conjunto documental; 3) a captura digital deve garantir a fidelidade do representante digital gerado com o documento original, considerando suas características físicas e seu estado de conservação. Nesse sentido, todos os projetos arquitetônicos são digitalizados frente e verso, inclusive todas as laudas pertencentes ao conjunto. Ademais, a equipe técnica também desenvolve a digitalização de acordo com as solicitações dos profissionais, pesquisadores, estudantes e professores que necessitam de acesso aos originais para evitar o manuseio da documentação.

Embora o projeto tenha sido desenvolvido em período pandêmico, os técnicos do AHJ conseguiram realizar um planejamento de trabalho e alcançaram uma eficácia na digitalização. Todos os representantes digitais matrizes são executados com o formato *Tagged Image File Format* (TIFF), que apresenta uma elevada definição de cores, sem perda de resolução, formato utilizado por diversas plataformas de tecnologia da informação, além de possibilitar uma conversão para as mídias de compressão como *Joint Photographic Experts Group* (JPEG) e *Portable Document Format* (PDF), conforme se observa na Figura 3, profissional executando edições e conversões.

Figura 3. Trabalho de edição e conversão de imagens



Fonte: Acervo do AHJ.

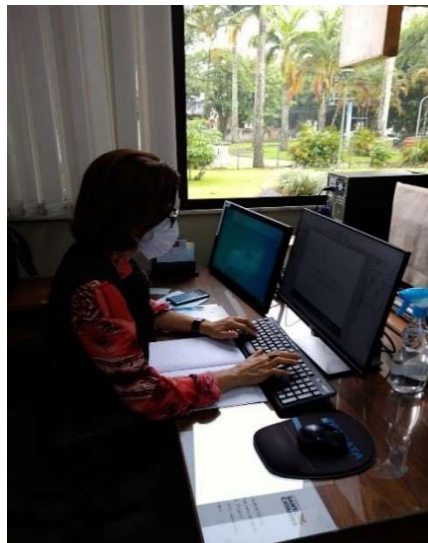
Para o representante digital, o escaneamento em TIFF corresponde a 300 pontos por polegada (DPI). O número de pixels utilizados neste processo de captura digital de imagem é fundamental para uma maior riqueza de detalhes do documento original. As imagens são armazenadas em hardware — servidor da PMJ, esta série estará disponibilizada no software AtoM. A digitalização desta série documental procurou observar que a geração de representantes digitais fosse garantida de acordo com o que é preconizado pelo Conarq: “qualidade arquivística, fidelidade ao documento original e capacidade de interoperabilidade, evitando-se ao longo do tempo a necessidade de se refazer a digitalização, além de garantir a satisfação das necessidades de uso dos usuários finais”. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2010, p. 4).

O valor histórico dos projetos arquitetônicos para o patrimônio é imensurável. Aproximadamente, de 1917 a 1971, avalia-se um conjunto de 36 mil documentos entre pranchas, laudas, plantas, croquis, alvarás, habite-se, entre outros. Ressalta-se que somente um projeto arquitetônico pode gerar numerosas imagens, a exemplo do Projeto Arquitetônico da Sociedade Harmonia Lyra, 1929, que gerou 10 imagens e o da Igreja Sagrado Coração de

Jesus, 1917, com 14 imagens. Das décadas de 1950 a 1971, os projetos arquitetônicos já possuem um volume documental maior, sendo que apenas um projeto pode conter duas caixas de poliondas com numerosos documentos dobrados, a exemplo do projeto 1971-125, gerou 356 imagens. O que demonstra a importância da digitalização, mas também da planificação destes originais, questão imprescindível para garantir a qualidade arquivística necessária para a conservação da sua integridade.

A arquiteta e urbanista Dinorah Luisa de Melo Rocha Brüske é a responsável técnica pela análise e descrição dos projetos arquitetônicos, conforme se observa na figura 4. Este processo de trabalho é extremamente minucioso, sendo necessário levantar e identificar todos os dados técnicos constantes nas pranchas e demais documentos de cada projeto. Em um primeiro momento, os projetos são analisados, sendo preenchidas as fichas descritivas de forma manual. Posteriormente os dados são digitados em uma planilha de *Excel*, sendo que estas informações serão realocadas para o sistema AtoM, e disponibilizado para a consulta dos pesquisadores e profissionais da área de patrimônio cultural.

Figura 4. Dinorah Luisa de Melo Rocha Brüske realizando a descrição dos projetos arquitetônicos



Fonte: Acervo do AHJ.

Para a descrição arquitetônica dos projetos são identificados os seguintes elementos: 1) numeração do projeto no acervo; 2) data atribuída pelo departamento que abriu o processo; 3) nome do proprietário; 4) data de elaboração do projeto; 5) endereço da obra; 6) título da prancha; 7) autor do projeto e construtor da edificação.

Além desses dados, são identificadas outras informações referentes à descrição: 1) tipo de edificação; 2) tipo do trabalho proposto; 3) uso da edificação: dados sobre materiais

construtivos e os dados sobre a tipologia arquitetônica. Com relação ao desenho propriamente dito, são identificados: 1) número de pranchas; 2) material de suporte; 3) técnica utilizada; 4) tipos de desenho; 5) escala; 6) dimensão do papel. De 1917 a 1940, foram analisados 2069 projetos.

Figura 5. Ficha técnica de descrição arquivística dos projetos em planilha de Excel

658		Suporte: Não identificado (prov. papel de polpa de celulose)										
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	
001/1917												
1	Nº do Processo:	001/1917	Proprietário:	Alyin Weber	Logradouro descrito:	Rua Mercedes	Numeração viária:	[a.n.]	Complemento:	---		
2	Data:	09/02/1917	Data de requerimento:	Não inf.	Confrontantes:	Não informado		Logradouro atual:	Rua Marechal Deodoro			
3	Autor do Projeto:	Não informado		Desenhista:	Não informado		Construtor:	Não informado				
4	Área total a construir:	Não informado		Área já construída:	Não informado		Área total do terreno:	Não informado				
5	Quantidade de documentos:	01		Espécies documentais:	Pranchas		Nº total de Pranchas:	01				
6	Estado de conservação:	() Bom (X) Regular () Ruim () Acesso com restrição		Assunto:		Não identificado		Uso da Edificação: Não identificado (prov. residencial)				
7	Tipo de Edificação:	Edificação principal		Estilo Arquitetônico predominante:		Teuto-brasileiro parietal (com ornatos ecléticos)		Material estrutural predominante: Não identificado (prov. alvenaria estrutural)				
8	Título da Prancha nº 01:	Planta para Alyin Weber, Rua Mercedes		Data da Prancha:	Não informado		Supporte:	Não identificado (prov. papel de polpa de algodão)		Técnica: Tinta ferrogálica		
9	Condição:	(X) Original () Cópia		Tipos de desenhos:		Elevação		Data da Aprovação:	Não informado		Escala: 1:50	
10	Observações:											
11	Localização no acervo: Caixa 01											
002/1917												
12	Nº do Processo:	002/1917		Proprietário:	João Kisch		Logradouro descrito:	Não informado		Numeração viária:	[a.n.]	
13	Data:	07/03/1917		Data de requerimento:	Não inf.		Confrontantes:	Não informado		Logradouro atual:	Não identificado	
14	Autor do Projeto:	Não informado		Desenhista:	Não informado		Construtor:	Não informado				
15	Área total a construir:	Não informado		Área já construída:	Não informado		Área total do terreno:	Não informado				
16	Quantidade de documentos:	01		Espécies documentais:	Pranchas		Nº total de Pranchas:	01				
17	Estado de conservação:	() Bom (X) Regular () Ruim () Acesso com restrição		Assunto:		Não identificado		Uso da Edificação: Não identificado (prov. residencial)				
18	Tipo de Edificação:	Edificação principal		Estilo Arquitetônico predominante:		Teuto-brasileiro parietal		Material estrutural predominante: Não identificado (prov. alvenaria estrutural)				
19	Título da Prancha nº 01:	Não informado		Data da Prancha:	04 de março de 1917		Supporte:	Não identificado (prov. papel de polpa de celulose)		Técnica: Tinta ferrogálica		
20	Condição:	(X) Original () Cópia		Tipos de desenhos:		Planta Baixa e Elevação		Data da Aprovação:	Não informado		Dimensões: 53 x 45 cm (L x H) Escala: 1:50	

Fonte: Acervo AHJ.

Os projetos aprovados em 1941 e 1942 encontram-se em processo de análise e descrição. O AHJ recebe um número considerável de consulentes, para este acervo em específico, sobretudo advogados, engenheiros, arquitetos e urbanistas, historiadores e pesquisadores em geral que solicitam os projetos arquitetônicos seja para reformas/restauros ou estudos acadêmicos e teóricos. Souza, Steindel e Ardigo (2019) mensuraram a procura pelo acervo cartográfico, especialmente, profissionais de arquitetura e urbanismo. Um número considerável, haja vista que entre os acervos mais pesquisados do AHJ, está em primeiro lugar, a hemeroteca e, em segundo lugar, o acervo cartográfico, sobretudo, projetos arquitetônicos. Os autores analisaram que do ano de 2016 a 2017 foram contabilizadas 1.963 solicitações de pesquisa a este acervo.

As pesquisas e o acesso aos documentos originais e representantes digitais, seja para cunho probatório ou acadêmico, emergem o que as autoras Helena Corrêa Machado e Ana Maria Almeida (2000, p. 17) sinalizam os documentos arquivados “testemunham” as relações estabelecidas com a comunidade ou com os agentes sociais que o produzem. Por isso, além de ser um projeto de acesso à informação e de conservação do acervo cartográfico, o projeto também prevê ações de educação patrimonial.

O projeto de digitalização desencadeou outra necessidade do AHJ, além das ações técnicas mencionadas, ironicamente, oportunizadas com o trabalho híbrido por conta da Pandemia do Covid-19, o processo de inventário histórico dos projetos arquitetônicos. Este trabalho ficou a cargo das profissionais Giane Maria de Souza e Fernanda Pirog Oçoski. Foram realizadas biografias individuais dos proprietários, desenhistas, construtores, engenheiros e arquitetos dos imóveis registrados nos originais. Uma biografia institucional das construtoras, empresas de engenharias e arquiteturas também está sendo realizada a fim de mapear, não somente o processo produtivo do início e meados do século XX, mas com o intuito de aumentar as escalas de análise sobre a expansão da construção urbana e civil na cidade de Joinville, assim como as transformações na paisagem da urbe, seja por meio da formação dos conjuntos urbanísticos, das nomeações dos logradouros e formação dos bairros, questões identificadas nas pesquisas históricas.

As fontes para o inventário histórico são pesquisados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, até porque a prefeitura, no início do século XX, publicava suas ações administrativas nos jornais locais, assim como em outros sítios eletrônicos, a exemplo dos endereços virtuais de genealogias ligados aos grupos imigratórios, além do levantamento do estado da arte, bibliografia específica, e investigações no acervo documental do AHJ, fontes como os livros de impostos e os requerimentos para a construção ou reformas dos imóveis que compõem o acervo cartográfico dos projetos arquitetônicos. O inventário histórico e a elaboração biográfica dos proprietários, arquitetos, construtores, logradouros e conjuntos urbanísticos e instituições serão também disponibilizadas pela plataforma AtoM.

Tabela 1. Mensuração dos trabalhos técnicos de 2020 a 2021

Ação	Resultado
Projetos arquitetônicos digitalizados	4500 - 35 mil representantes digitais editados de 1917 a 1952
Projetos arquitetônicos - descrição e análise	2069 projetos, frente e verso, descritos e analisados de 1917 a 1940
Projetos arquitetônicos restaurados	27 projetos restaurados pelo Centro de Preservação de Bens Culturais (CPBC)
Inventário histórico dos nomes de proprietários, construtoras, engenheiros, arquitetos, desenhistas e empresas	425 Fichas de inventários e elaboração de biografias históricas por ordem alfabética, de 1917 a 1922
Exposição Arquitetura Revisitada	58 visitantes

Fonte: Tabela organizada pelos autores (2022).

Enfim, os trabalhos técnicos de inventário histórico, descrição arquitetônica auxiliam diretamente a Coordenação do Patrimônio Cultural de Joinville (CPC), órgão responsável pela implantação do Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville (IPCJ), de acordo com as leis complementares nº 363 e nº 366/2011 e Plano Municipal de Cultura (PMC).

4 EXPOSIÇÃO ARQUITETURA REVISITADA

A *Exposição Arquitetura Revisitada* cumpriu uma das etapas do projeto submetido ao Edital Elisabete Anderle/2019 da FCC. Esta atividade possibilitou o acesso do público aos projetos digitalizados e às fotografias das edificações, demonstrando a diversidade de tipologias e estilos estéticos dos projetos arquitetônicos custodiados pelo AHJ. A exposição pretendeu exibir excertos de alguns projetos arquitetônicos considerando as diferentes tipologias construtivas e épocas para evidenciar a riqueza e pluralidade do patrimônio arquitetônico de Joinville.

O Plano Nacional de Arquivos (PNA) elaborado pelo Setorial de Arquivos do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) do antigo Ministério da Cultura (MinC) em seu objetivo de número três designou a promoção de “ações de educação patrimonial por meio da integração das instituições arquivísticas e centros de memória e documentação com escolas e grupos comunitários”. E como Meta de número 31 ficou estabelecido alcançar até 2020, “pelo menos 50% das instituições arquivísticas públicas com programas de educação patrimonial, cartilhas educativas ou atividades lúdicas e teatrais, com especial ênfase no público escolar”. Para o alcance dessa meta, vislumbra-se que os arquivos são dotados de

rico acervo que pode servir para situar melhor o conhecimento histórico e trazer o currículo escolar para mais perto da realidade dos alunos. Diversas iniciativas podem contribuir para enriquecer a visão do passado e fortalecer o aprendizado das disciplinas relacionadas, como visitas escolares a arquivos, exposições de documentos raros, contextualização do conteúdo aprendido em sala de aula, produção de cartilhas infanto-juvenis com trechos de documentos, esquetes teatrais com dramatização de elementos contidos nos arquivos, contação de histórias baseadas em leitura de documentos, etc. (PLANO SETORIAL DE ARQUIVOS, 2016, p. 33).

A organização da *Exposição Arquitetura Revisitada* se fundamentou nesta perspectiva, mas também na concepção de educação patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), (2010, p. 19) que orienta:

Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural.

A partir desta consideração é preciso compreender que o patrimônio somente se materializa em suas apropriações, interpretações e usos sociais, seja ele cultural, histórico, documental, arquivístico, urbanístico, arqueológico, artístico e arquivístico. Neste sentido, o Fundo do Poder Executivo de Projetos Arquitetônicos, custodiado no Arquivo Histórico de Joinville remeteu as múltiplas possibilidades de reflexões sobre o patrimônio e suas linguagens, inclusive lança um leque de possibilidades para a análise do patrimônio industrial, questão trabalhada por Souza e Rocha Brüske (2021, no prelo).

Enfim, além de cumprir com uma das contrapartidas sociais e educativas do projeto, auxiliou a divulgar a história do patrimônio edificado da cidade, cumprindo uma das competências do Regimento do AHJ, no que diz respeito: “realizar programas e projetos de ação educativa e cultural, com o objetivo de divulgar e preservar o patrimônio documental sobre a história do município” e “planejar, coordenar e realizar pesquisas históricas, visando apoio às atividades técnicas do órgão e à divulgação do acervo por meio de publicações, exposições e eventos culturais” (JOINVILLE, 2015).

A curadoria dos projetos observou as transformações temporais e os processos construtivos do século XX, assim como os seus trâmites administrativos e burocráticos, o desenvolvimento e ocupação urbana da cidade. Os projetos exibidos foram contrapostos com as imagens fotográficas das edificações em sua condição atual, edificações que ficaram ainda em sua forma física ou no imaginário dos espaços que foram ocupados por outras construções ao longo do tempo, o projeto do Correio, por exemplo, de 1928, não foi construído, mas compôs a Exposição para proporcionar a curiosidade sobre como seria a cidade, se estas construções tivessem sido executadas. A Exposição auxiliou, sobretudo, compreender as transformações ocorridas na cidade e os usos sociais pelos quais a edificação passou, para uma observação das ocupações do espaço urbano.

Em relação a contraposição das imagens desenhadas dos projetos arquitetônicos com as fotografias das edificações atuais, o trabalho de análise de Bóris Kossoy (2001, p. 38) pode nos auxiliar a entender como as fotografias podem ser utilizadas como fontes históricas. E que para as suas análises, devem ser considerados três elementos: assunto/tema, fotógrafo/autor,

tecnologia/técnica. Esta mesma escala de análise trazida pelo autor, pode ser desbravada quanto à análise dos desenhos arquitetônicos. Neste sentido, pode-se distinguir o tema, os usos, os autores, as técnicas e tecnologias, assim como os suportes do papel. Esta questão auxilia a refletir sobre os contextos pelos quais os projetos arquitetônicos foram elaborados, além de contextualizar o documento arquivístico em si. Se como fotógrafo/autor pode-se avaliar se é projetista, desenhista, arquiteto ou engenheiro que assinou o projeto, na análise da tecnologia/técnica, pode-se problematizar os materiais, os suportes e os instrumentos empregados para a confecção plástica do projeto.

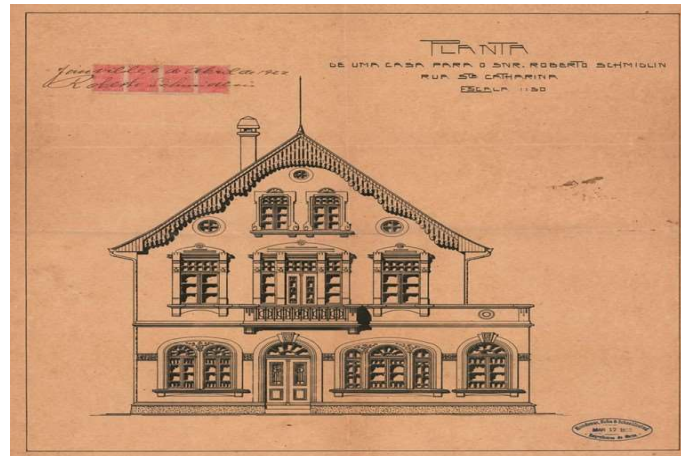
Enfim, a Exposição se propôs a vislumbrar como os projetos arquitetônicos podem e devem ser usados como fontes primárias para um estudo imagético, cartográfico, histórico e urbanístico da cidade. Além da evidência de que os construtores, os arquitetos, os desenhistas, os projetistas, os proprietários e os contratantes estavam, desde o século passado, atentos às mudanças estilísticas internacionais pelas quais passava o mundo das artes, do qual a arquitetura se inclui enquanto linguagem, expressão plástica e registro histórico e científico.

Tabela 2. Curadoria dos Projetos para a Exposição

Ano/número do projeto	Proprietário/autor
1923 017	Casarão (Av. Getúlio Vargas)
1923 108	Casa Enxaimel
1928 085	Casa Comunidade Evangélica
1928 091	Correios
1929 026	Palacete Schlemm
1929 038	Harmonia Lyra
1935 034	Residência
1938 035	Neocolonial
1938 072	Palácio Episcopal
1944 018	Oswaldo Dória
1961 069	Catedral de Joinville

Fonte: Tabela organizada pelos autores (2022).

Figura 6. Imagem do projeto arquitetônico – 1923-017, casarão da Av. Getúlio Vargas



Fonte: Acervo Cartográfico AHJ.

O acesso ao conhecimento produzido a partir dos projetos, seja dos estilos e técnicas construtivas empregadas em Joinville de 1917 a 1971, ou até mesmo, da compreensão da cidade enquanto um processo em contínua transformação auxilia e estimula outros olhares sobre o acervo do AHJ, para possibilitar não somente pesquisas históricas sobre algumas empresas de construção civil e de projetos que atuaram na cidade como a Empresa Keller e Cia, Construtora Köhntopp, Empresa Max Miers, Ravache, entre outras, mas também para a democratização do acesso ao patrimônio arquivístico, enquanto fruição cultural.

Figura 7. Reportagem sobre a Exposição no dia do seu lançamento



Fonte: Jornal Aconteceu em Joinville (2021).

Para a discussão sobre a evolução urbana da cidade imbricada no processo de industrialização, o trabalho de Rocha Brüske (2002) é esclarecedor, pois articula esse desenvolvimento a partir da década de 1950 aos anos 2000, demarcando o crescimento da ocupação e da malha urbana com o oferecimento de serviços públicos e privados, sobretudo na área central de Joinville, expandindo não somente a economia local, mas também os usos e

espaços sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar o projeto de digitalização em 2020, após o início da Pandemia do Covid-19, evidenciou-se para os técnicos do AHJ que o imperativo da digitalização é uma das atividades mais emergenciais nos tempos atuais. Além do que as informações contidas nos projetos possuem um valor de pesquisa histórica, de pesquisa arquitetônica e urbanística, além de pesquisas para o Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville.

O Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) completa seu cinquentenário com novos desafios para a sua existência. O projeto aprovado pelo Edital Elisabete Anderle/2019 propiciou um processo de digitalização e disponibilização do acervo cartográfico do AHJ. Possuímos o total de 35 mil imagens digitalizadas e editadas, compreendendo aproximadamente 30% do projeto executado. O AHJ, além deste projeto, ocupou espaço nas redes sociais, via parceria, com o sítio eletrônico *Arte na Cuca*, destinado à formação cultural, com a realização do *Projeto Conversas Virtuais com o Arquivo Histórico de Joinville*, quatro webinários destinados a debater as três tipologias de acervos: 1) Hemeroteca; 2) Cartografia; 3) Iconografia, além de apresentar e debater o processo de digitalização e as suas etapas de trabalho técnico mencionadas no decorrer deste artigo. Foi a partir dessa parceria que o Boletim do AHJ, após 23 anos sem publicações. Estas parcerias e projetos foram a mais importante lição da Pandemia do Covid-19, pois nos mostrou a certeza de que precisamos romper as barreiras institucionais, sobretudo, com projetos de educação patrimonial para difundir os acervos arquivísticos. Além do que, necessitamos digitalizar acervos para facilitar e democratizar o acesso à informação de documentos de interesse público.

A continuidade do projeto de digitalização do acervo cartográfico concomitante à Programação do Aniversário do AHJ para o ano de 2022 está prevendo ações estratégicas de educação patrimonial como a o retorno do *Projeto Pesquisa em Evidência* coordenado pela historiadora Arselle Andrade de Fontoura e do *Projeto Roda de Conversa* coordenado por Giane Maria de Souza, além do retorno aos atendimentos educativos junto à reserva técnica e aos grupos escolares, universitários, ensino médio e fundamental. Estas ações irão qualificar e potencializar ainda mais o projeto de digitalização em desenvolvimento, um processo que não pode ocorrer sem a contextualização da documentação tampouco da sua disponibilização seja por projetos educativos ou pelo acesso à pesquisa de usuários. Reitera-se que estas questões, projetos e desafios refletidos nesse artigo, implicam em um horizonte de expectativas para

uma gestão documental que considere o acervo arquivístico em sua ampla complexidade e necessidades.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 230p. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Resolução nº 31, de 28 de abril de 2010**. Dispõe sobre a adoção das Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes. 2010. Disponível: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.
- CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL. **Plano Setorial de Arquivos (2016-2026)**. Colegiado de Arquivos. Ministério da Cultura. Brasília: MINC/CNPC, 2016.
- FLORES, D., D. S.; PRADEBON, G. C. Análise Do Conhecimento teórico-metodológico Da preservação digital sob a ótica da OAIS, SAAI, ISO 14721 E NBR 15472. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, v. 11, n. 4, p. 73-81, dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/7511/4790> Acesso em: 28 mar. 2022.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação Patrimonial. Histórico, conceitos e processos**. Brasília: MINC/IPHAN, 2010.
- JOINVILLE. Fundação Cultural de Joinville. Aprova o Regimento Interno do Arquivo Histórico de Joinville. Portaria nº 099, de 11 de setembro de 2015. **Diário Oficial Eletrônico do Município de Joinville**, Joinville, n. 293, p. 3-13, 15 set. 2015. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/public/portaladm/pdf/jornal/40b1590896fcded026ab999df676c024.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2017.
- JORNAL ACONTECEU EM JOINVILLE. **Arquivo Histórico reabre com exposição da arquitetura de prédios históricos**. 2021. Disponível em: <https://www.aconteceuemjoinville.com.br/o-arquivo-historico-reabre-com-exposicao-da-arquitetura-de-predios-historicos/>. Acesso em:
- KOSSOY, B. **Fotografia & História**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- MACHADO H. C. ALMEIDA, A. M. **Como implantar arquivos municipais**. Arquivo do Estado de São Paulo. 2. Ed. São Paulo: Imprensa Oficial. 2000.
- ROCHA BRUSKE, D. L. de M. **A área central de Joinville: sua configuração atual e aspectos de seu processo de expansão entre 1950 e 2001**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2002.
- SANTOS, H. M. dos; MAZUCO, F. C.; FLORES, D. Preservação sistêmica de documentos arquivísticos digitais: uma perspectiva holística. **PerCursos**, Florianópolis, v. 21, n. 46, p.

244 -271, maio/ago. 2020.

SOUZA, L. M. K. **Legislação arquivística e gestão de documentos no município de Joinville (SC):** Preservação do patrimônio documental arquivístico. 2018. 154f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação) – Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SOUZA, L. M. K.; STEINDEL, G. E.; ARDIGO, J. D. O Perfil e as necessidades de informação dos usuários do Arquivo Histórico de Joinville (SC). **Revista Ágora.** Florianópolis, v. 29, n. 58, p. 1-13, jan./jun. 2019.

SOUZA, G. M.; ROCHA BRUSKE, D. L. de M. **Projeto Arquitetura Urbana de Joinville: conexões com o patrimônio industrial.** In: ENCONTRO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM PATRIMÔNIO CULTURAL; Patrimônio e sociedade: desafios ao futuro, 5., Joinville, SC: Editora UNIVILLE, 2021. No prelo.